

Anfitrião Descortês

Depois que o Congresso recuperou os seus poderes, a votação e a fiscalização do Orçamento da União voltaram a ser a sua principal razão de ser. Decorre dessa responsabilidade a convocação dos ministros da Economia para prestar contas aos representantes da nação.

Na apreciação do Orçamento para 1992, alguns deputados abusaram do clientelismo e do fisiologismo eleitorais: mais de 70 mil emendas (a maioria sobre temas paroquiais) movimentaram verbas de um lado para outro, com proveito político para eles. A voracidade resultou em escândalo e na destituição do presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado João Alves (PFL-BA). O episódio deixou mal a representação.

O Congresso teve uma excelente oportunidade de recuperar-se diante dos cidadãos. Na terça-feira, atendendo à convocação dos líderes do PMDB, César Maia, e do PT, Aloizio Mercadante, o ministro da Economia, embaixador Marcílio Marques Moreira, compareceu à Câmara para prestar esclarecimentos sobre a política econômica.

Começou a falar a um plenário com uma centena e meia de deputados e, ao fim de três horas e meia de depoimento sobre a situação econômica e as reformas em trâmite legislativo, era ouvido por pouco mais de

duas dúzias. Ou seja, a convocação foi um ato inconseqüente, que serviu mais para demonstrar a falta de consideração parlamentar em fazer uso dos seus poderes.

Para quem se acostumou a transacionar politicamente com a moeda do casuismo com que os ocupantes do comando econômico gerenciaram o país sob o poder autoritário, pode ter sido monótono ouvir um ministro sem planos mirabolantes, mas empenhado em convencer, democraticamente, a sociedade, os políticos e os agentes econômicos da necessidade de liberar o país da tutela do Estado para o Brasil entrar na economia de mercado.

Pelo menos, três dentre os ouvintes do ministro Marcílio cansaram-se de operar casuisticamente no comando da economia. O Brasil vivia a ilusão de modelos econométricos que dariam sustentação a uma economia autárquica. O guarda-chuva do Estado protegia os cartórios e os oligopólios.

Empresas em dificuldades encontraram seus porta-vozes em deputados dispostos a defender os interesses cartoriais que há duas décadas monopolizam o PIB. A indiferença pela exposição do ministro dá a medida do grau de resistência política à abertura da economia que o governo tem pela frente.